HISTORIA MEDIEVAL Y MODERNA ERASMO

Ed UVa EDICIONES Universidad Valladolid

Pobres da carreira, do hospital e do povo: a ação assistencial da Misericórdia de Galveias (1741-1774)

The Poor of the Road, the Hospital, and the Local Population: Charitable Practices of the *Misericórdia* of Galveias (1741–1774)

RICARDO PESSA DE OLIVEIRA
Instituto Europeo de Ciencias Culturales Padre Manuel Antunes (IECCPMA), Rua São Bento, 19, 2775-528, Carcavelos, Portugal
ricardo_pessaoliveira@sapo.pt
ORCID: orcid.org/0000-0003-2528-6212

Recibido/Received: 02/01/2026. Aceptado/Accepted: 06/03/2026.
Cómo citar/How to cite: Pessa de Oliveira, Ricardo (2026). "Pobres da carreira, do hospital e do povo: a ação assistencial da Misericórdia de Galveias (1741-1774)", *Erasmo. Historia Medieval y Moderna*, 13, pp. 140-165.
DOI: https://doi.org/ 10.24197/h7q45z95

Artículo de acceso abierto distribuido bajo una Licencia Creative Commons Atribución 4.0 Internacional (CC-BY 4.0). / Open access article under a Creative Commons Attribution 4.0 International License (CC-BY 4.0).

Resumo: Neste artigo pretende-se estudar o socorro aos pobres prestado pela Misericórdia de Galveias, na sub-região portuguesa do Alto Alentejo, entre 1741 e 1774, utilizando como fonte primordial um livro de receita e despesa que abarca a referida cronologia. Valendo-nos igualmente de um tombo da instituição e de documentação conservada noutros arquivos públicos, com destaque para os registos de óbito, à guarda do Arquivo Distrital de Portalegre, pretende-se apurar a percentagem da despesa canalizada para a assistência, identificar as modalidades assistenciais levadas a efeito por esta Santa Casa e procurar conhecer os socorridos, bem como as esmolas com que foram auxiliados.
Palavras-chave: Caridade; Misericórdias; Pobreza; Hospital; Alentejo; Século XVIII.

Resumen: En este artículo se pretende estudiar la asistencia a los pobres prestada por la Misericordia de Galveias, en la subregión portuguesa del Alto Alentejo, entre 1741 y 1774, utilizando como fuente principal un libro de ingresos y gastos que abarca dicha cronología. Asimismo, recurriendo también a un inventario de la institución y a documentación conservada en otros archivos públicos, con especial atención a los registros de defunción custodiados en el Archivo Distrital de Portalegre, se pretende determinar el porcentaje del gasto destinado a la

asistencia, identificar las modalidades asistenciales llevadas a cabo por esta Santa Casa y conocer a los beneficiarios, así como las limosnas con las que fueron auxiliados.
Palabras clave: Caridad; Misericordias; Pobreza; Hospital; Alentejo; Siglo XVIII.

Abstract: This article examines the relief provided to the poor by the *Misericórdia* of Galveias, located in the Portuguese sub-region of Alto Alentejo, between 1741 and 1774. Its primary source is a book of expenses and receipts covering the period under analysis. The study also draws upon an institutional *tombo* (inventory record) and documentation preserved in other public archives, particularly burial registers kept in the Portalegre District Archive. The aims are to determine the proportion of expenses allocated to charitable assistance, to identify the forms of relief implemented by this *Santa Casa*, and to analyse the recipients of such assistance, as well as the types of alms through which they were supported.
Keywords: Charity; *Misericórdias*; Poverty; Hospitals; *Alentejo*; 18th Century.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a historiografia portuguesa tem dedicado uma atenção crescente e sistemática às misericórdias, instituições fundadas a partir de 1498, que adquiriram enorme protagonismo, assumindo um papel de extrema relevância no campo da assistência aos pobres em Portugal. Não obstante os muitos trabalhos publicados e o enorme avanço no que toca ao conhecimento destas irmandades, permanecem por estudar centenas de Santas Casas. Para determinadas áreas geográficas, de que o Alto Alentejo é exemplo, o vazio é praticamente total, neste caso, sobretudo, no que respeita à Época Moderna. Tendo em consideração essa lacuna, este artigo tem por objeto de análise o socorro aos pobres prestado pela Santa Casa da Misericórdia de Galveias, entre 1741 e 1774, procurando constituir um contributo válido para o estudo das práticas assistenciais desenvolvidas por estas irmandades no período moderno.

Extinta em 1975, o que resta do seu arquivo encontra-se atualmente à guarda da Junta de Freguesia de Galveias, tendo sido recentemente redescoberto e inventariado de modo parcial[1]. Neste trabalho utilizou-se como fonte primordial um livro de receita e despesa da confraria que abarca o referido período cronológico, isto é, os anos de 1741 a 1774. Valendo-nos igualmente de um tombo da Santa Casa iniciado em 1771, de um livro das contas dos meses que principia nesse mesmo ano e de

[1] Agradecemos à Doutora Ana Isabel Silva ter inventariado parte do que resta do arquivo da Misericórdia de Galveias e de ter fotografado, a nosso pedido, parte dessa documentação.

documentação conservada noutros arquivos públicos, com destaque para os registos de óbito da paróquia, à guarda do Arquivo Distrital de Portalegre, pretende-se tentar apurar a percentagem da despesa canalizada para a assistência, identificar as modalidades assistenciais levadas a efeito por esta Santa Casa e procurar conhecer os socorridos, bem como as esmolas com que foram auxiliados.

1. A Santa Casa de Galveias: receita e despesa

A Misericórdia de Galveias, fundada em 1573 (Oliveira, 2025, pp. 109-110), era uma instituição modesta. O número de assalariados é, desde logo, um sinal evidente da sua reduzida dimensão e dos seus escassos recursos. Em 1741/42 contava somente com um capelão, com um hospitaleiro e com um médico; e a partir de 1751/52, também com um cirurgião/sangrador[2]. Mencione-se a propósito do hospitaleiro que os seus afazeres estavam longe de se esgotar no hospital. Na verdade, estava obrigado a cumprir uma miríade de tarefas, que iam desde o transporte de pobres em trânsito, a assegurar a abertura de covas dos que faleciam no hospital, a servir na igreja da instituição, a manter a lâmpada acesa durante todo o ano e a cumprir com toda e qualquer ordem que lhe fosse determinada pela Mesa[3]. Esta multiplicidade de funções acaba por explicar a ausência de um andador nesta irmandade, uma espécie de criado da Casa que praticamente todas as misericórdias tinham ao seu serviço. Acrescente-se que, ao contrário do que sucedia noutras Santas Casas que mantinham os mesmos hospitaleiros durante longos períodos, em Galveias, ao menos nas primeiras décadas de Setecentos, a opção passou por celebrar contratos anuais, ainda que o mesmo indivíduo pudesse renovar a sua ligação à Misericórdia[4].

[2] Junta de Freguesia de Galveias [JFG], Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), ff. 71 e 72. Assinale-se, todavia, que na primeira metade de Setecentos a irmandade havia contado com um barbeiro/sangrador, que estava obrigado a assistir os pobres que a Santa Casa curava no hospital e fora dele, assalariado que recebia o ordenado anual de três alqueires de trigo e outros tantos de centeio, passando posteriormente a cinco alqueires de pão meado, isto é, mistura de trigo e centeio, cf. JFG, Misericórdia de Galveias, Eleições (1696-1721), ff. 98, 104, 109v, 116v, 122, 128v, 135v e 141.

[3] JFG, Misericórdia de Galveias, Eleições (1696-1721), ff. 61v, 67 e 87.

[4] JFG, Misericórdia de Galveias, Eleições (1696-1721), ff. 61v, 67, 74v, 79, 85v, 87, 91, 96v, 102v, 105, 115, 120v, 127, 134 e 140. O mesmo acontecia com outros assalariados, designadamente com o capelão, com o médico e com o sangrador. Sobre os hospitaleiros

A principal fonte de receita da irmandade provinha dos foros e das rendas, os quais eram pagos em dinheiro, mas também em géneros, sobretudo, em trigo e em centeio, cereais que depois tratava de vender ou canalizar para esmolas e pagamento de ordenados e de outras gratificações. Recebia ainda dinheiro procedente do pagamento de dívidas e de acompanhamentos fúnebres, embora o rendimento destes últimos tivesse pouquíssima relevância. Por exemplo, no ano económico de 1741/42, se a receita total em dinheiro foi de 199 960 réis, a proveniente de serviços fúnebres importou somente 3200 réis[5]. Invulgar parece ter sido os 600 réis carregados em receita nesse mesmo ano económico resultado da venda de uma véstia de um homem que fora assassinado[6]. À Santa Casa chegavam ainda juros de capitais mutuados, embora no referido ano de 1741/42 tenham sido somente assinalados mil réis de réditos de um empréstimo[7]. Para se ter uma ideia dos montantes emprestados, no tombo de 1771 foram arroladas 22 escrituras de juro concedidas a particulares, cujos valores variaram entre 1200 réis e 72 mil réis, num total de 501 245 réis que, em teoria, deveriam render anualmente 25 460 réis.

Para tentar apurar a percentagem da despesa que era consumida com a assistência aos pobres, na impossibilidade de analisar todos os anos do período cronológico em apreço, decidimos efetuar um estudo por amostragem, selecionando quatro anos económicos, preferencialmente com intervalos de dez anos: 1741/42, 1751/52, 1757/58 e 1771/72. Nesses anos a receita só por uma vez foi superior a 300 mil réis, em concreto no último ano económico da nossa amostra, quando subiu a 369 185 réis; enquanto a despesa em dinheiro variou entre 190 mil réis, em 1741/42, e cerca de 292 mil réis, em 1771/72. À despesa em dinheiro haveria que somar a despesa feita em trigo e em centeio.

Se considerarmos os gastos em cereais e em dinheiro, ou seja, a despesa total, verifica-se que a Misericórdia de Galveias canalizou para o setor da assistência 30% da sua despesa em 1741/42, 33% em 1751/52, 34% em 1757/58 e a surpreendente taxa de 57% em 1771/72. Gastos que foram sempre superiores às despesas feitas com o setor cultual, com o qual se consumiu entre 25 e 31% da despesa, entrando nestas percentagens o pagamento de ordenados dos trabalhadores afetos a cada setor.

de outras misericórdias, cf., por exemplo (Magalhães, 2013, pp. 377-381; Oliveira, 2016, pp. 382-388).

[5] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), ff. 4-4v.

[6] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), f. 4.

[7] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), f. 4.

Infelizmente as fontes disponíveis não permitem apurar quanto é que se gastava em cada modalidade assistencial, pois a maior parte da despesa do setor era englobada nas contas dos irmãos dos meses, isto é, do mesário ou mesários que em determinado mês ou meses estavam incumbidos de prover os "pobres da carreira, hospital e do povo"[8]. Dê-se como exemplo, mais uma vez, o ano económico de 1741/42, no qual foi registada uma despesa de 22 730 réis "com os irmãos dos meses de todo o ano que proverão com os pobres da careira e mais esmolas"[9]. Além dos gastos não discriminados efetuados por esses mesários, o livro de receita e despesa contém o registo de outras esmolas, ainda que, não raras vezes, não exista indicação do beneficiado ou do propósito do socorro. Sem prejuízo destas limitações vejamos o que foi possível apurar sobre a ação assistencial desta Santa Casa[10].

2. A ASSISTÊNCIA AOS ENFERMOS

O socorro aos doentes pobres foi uma realidade desde os alvores desta Misericórdia. Logo em 1575, pouco depois da sua fundação, os irmãos alcançaram alvará régio para anexar o hospital da vila, anexação que seria confirmada por um outro documento datado de 1589 (*Portugaliae*, 2005, p. 153; *Portugaliae,* 2006, pp. 243-244). Convém ter presente que, no período em análise, os hospitais eram espaços conotados com a pobreza e que só quem nada tinha é que procurava o internamento, pois quem possuía meios curava-se em casa. De resto, até à segunda metade do século XIX, a esmagadora maioria dos indivíduos que requereu entrada nos hospitais era pobre ou pauperizável, pelo que apenas uma minoria tinha condições para pagar as custas hospitalares (Lopes, 2000, vol. 1, p. 607).

As Santas Casas tratavam igualmente doentes no domicílio. Em Galveias, o livro dos gastos dos meses dos irmãos dá conta dessa realidade, aludindo à despesa feita com os pobres da carreira, isto é, com os que estavam em trânsito, os do hospital e mais doentes do povo, ou seja, com os enfermos que eram socorridos nas suas próprias casas[11]. Terá sido o caso de Lourenço Carvoeiro, apelido que remete, por certo, para a sua atividade profissional, que, em 1746/47, foi esmolado com 800 réis

[8] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro das contas dos meses (1771-1778), f. 24.
[9] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), f. 6.
[10] Para esta análise tivemos em consideração toda a despesa registada entre 1741 e 1774.
[11] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro das contas dos meses (1771-1778).

durante uma doença[12]; de António Gonçalves, marido de Joana Ratinha, que, em 1768/70, recebeu uma esmola do mesmo valor quando esteve doente[13]; ou do enfermo Luís Antunes, o cego, que, em 1771/72, recebeu uma ajuda de 300 réis[14]. Já em 1753/54 haviam sido esmolados três doentes com pão, entre os quais figurou a filha de um mudo e a hospitaleira nova que receberam 1 alqueire de trigo cada, enquanto um doente do sexo masculino recebeu 1,5 alqueires[15]. Como se constata, entre os socorridos não deixaram, como era usual noutras congéneres, de figurar os próprios empregados da irmandade, designadamente os hospitaleiros. Ao caso mencionado há que somar outros. Assim, no ano económico de 1741/42 o hospitaleiro foi esmolado na doença com 480 réis[16]; e, em 1743/44, estando doente recebeu uma esmola de igual valor, tal como a sua mulher que recebeu a mesma importância[17].

Às esmolas em dinheiro e em géneros, somava-se o auxílio com medicamentos, documentado, por exemplo, para o ano de 1771/72, quando a instituição pagou 7350 réis das "receitas que se aviarão para os doentes do espital e do povo na botica de João Rovisco [de Mendonça]"[18], que era filho de Paulo Rovisco da Trindade, então já falecido, mas que fora um dos boticários que, durante anos, aviara remédios aos pobres por conta da Santa Casa[19].

Se no livro de receita e despesa analisado foram assinalados gastos pontuais com a alimentação dos enfermos, os géneros consumidos jamais foram discriminados. Em 1741/42, foi registada uma despesa de 800 réis com o "comestivo" de uma rapariga quando a curaram, embora não seja claro se estava hospitalizada ou se foi tratada em casa; e uma outra de 760 réis com "huma doente do espital de comestivo"[20]; enquanto no ano económico seguinte, gastou-se 700 réis com um rapaz que esteve doente no hospital de "comestivo" e 480 réis com um doente que morreu no

[12] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), f. 39.
[13] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), f. 144.
[14] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), f. 177v.
[15] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), f. 83.
[16] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), f. 5v.
[17] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), f. 17v.
[18] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), f. 173v.
[19] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), ff. 5v, 10, 25v, 90v, 97 e 112. Arquivo Distrital de Portalegre [ADP], Cartório notarial de Galveias, liv. 24, ff. 40v-41v.
[20] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), f. 5v.

mesmo estabelecimento, de "comestivo" e com a abertura da cova[21]. Ainda que desconheçamos a dieta ministrada a estes enfermos, tudo indica que seria afim à praticada noutros espaços hospitalares. Altamente calóricas e ricas em proteína animal, as dietas ministradas aos enfermos na Época Moderna em contexto hospitalar, à base de pão, caldos e carne, proporcionavam aos internados alimentos a que por norma não tinham acesso e os nutrientes necessários à sua rápida recuperação, tendo contribuído de forma decisiva para o sucesso dos hospitais portugueses, até porque em muitos casos a entrada nesses estabelecimentos devia-se a cansaço e a desnutrição (Oliveira, 2023, pp. 123-128).

As informações sobre os hospitalizados são, devido à natureza da fonte analisada, muito escassas. Por norma, registava-se apenas ter-se despendido determinada quantia "com hum homem doente do espital"[22], com uma esmola dada a "hum pobre que moreo no espital"[23] ou ainda "com as curas de dois doentes que estiveram no espital"[24]. Quando o escrivão foi mais generoso no registo, assinalou-se um cardador, um pedreiro, um porteiro do concelho e um soldador. Em cinco ocasiões aludiu-se à pobreza dessa gente. Sabe-se ainda que um era enjeitado e que um outro era preto. Relativamente à idade, mencionou-se somente que um dos admitidos era um rapaz, portanto alguém ainda jovem. Os registos deram conta de 17 homens e de cinco mulheres, o que sugere que a percentagem de doentes do sexo masculino era, como noutros espaços hospitalares do passado, mais elevada (Lopes, 2000, vol. 1, pp. 683-684; Araújo, 2000, p. 185). Por seu turno, em duas situações aludiu-se a esmolas dadas aos pobres do hospital, sem se precisar o seu número ou o sexo.

Em apenas quatro ocasiões anotou-se que os doentes faleceram no hospital. Coloca-se então a questão de saber se esse número correspondeu à totalidade dos que pereceram nesse espaço? Para procurar responder, como não dispomos de livros de registo de entrada de doentes para este período, consultámos todos os registos de óbito da paróquia produzidos entre janeiro de 1741 e dezembro de 1774. Através dessa análise prova-se, de forma clara, que os dados existentes no livro de receita e despesa não respeitam nem à totalidade de doentes que ingressaram no hospital, nem dos que perderam a vida nesse local. Até ao final do ano de 1767, os

[21] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), f. 10.
[22] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), f. 6.
[23] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), f. 10.
[24] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), f. 48.

assentos de óbito têm a particularidade de terem sido produzidos quase sempre pelo próprio provedor da Misericórdia, ainda que na qualidade de prior da paróquia, portanto, por alguém que sabia muito bem o que se passava no hospital e que, melhor do que ninguém, poderia aceder a todas as informações disponíveis sobre os internados que acabaram por morrer. Referimo-nos a frei João Rebelo Leão (1683-1767), natural da vila do Cano, Mestre em Artes pela Universidade de Évora, onde também estudou teologia, freire professo da Ordem de Avis, prior de Galveias desde 1705 e que adquiriu enorme protagonismo na Misericórdia local entre as décadas de 1730 e de 1760, ocupando o topo hierárquico da instituição, isto é, a provedoria, em, pelo menos, 24 anos económicos, muitos deles consecutivos[25].

De acordo com os registos paroquiais, entre janeiro de 1741 e dezembro de 1774, faleceram no hospital da Misericórdia de Galveias 37 indivíduos. Destes, 15 faleceram na década de 1740, seis na de 1750, igual número na década de 1760 e dez entre janeiro de 1771 e dezembro de 1774. O ano mais mortífero foi o de 1774, com cinco mortes, seguido do de 1743, com quatro, e do de 1772, com três. Se tivermos em consideração que, conforme vários estudos sobre a matéria têm evidenciado, a percentagem de indivíduos que falecia nos hospitais era reduzida, poderemos admitir que o número total de internados, neste período, terá sido de poucas centenas, logo, como expectável, muito abaixo dos números registados para os grandes hospitais portugueses, como o de Lisboa ou até o de Coimbra (Lopes, 2000, vol. 1, pp. 681-683 e 764-771). Tratava-se, portanto, de um pequeno hospital, com reduzida capacidade de admissão.

Um inventário de 1771 atesta a pequenez do estabelecimento, tendo sido arrolados somente quatro colchões, em bom estado de conservação, dois enxergões e três chumaços, isto é, travesseiros, um dos quais já velho;

[25] Foi provedor em 1736/37, 1739/40, 1740/41, 1741/42, 1742/43, 1743/44, 1744/45, 1745/46, 1746/47, 1747/48, 1750/51, 1751/52, 1752/53, 1753/54, 1754/55, 1755/56, 1756/57, 1758/59, 1759/60, 1760/61, 1761/62, 1764/65, 1766/67 e em 1767/68, embora este último mandato tenha sido interrompido por morte, já que faleceu a 15 de dezembro de 1767, cf. ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Chancelaria da Ordem de Avis, Chancelaria antiga, liv. 22, f. 223v. ADP, Registos paroquiais, Galveias, Óbitos (1667-1792), ff. 103 e 145; ADP, Cartório notarial de Galveias, liv. 14, ff. 104-106v; liv. 15, ff. 125v-126; liv. 16, ff. 31-33v; liv. 23, ff. 10-11v, 27-29, 64v-65v, 73-74, 100-100v, 100v-102 e 125v-126v; e liv. 24, ff. 22v-25, 83v-85 e 107v-109. JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774). Consulte-se o seu processo de colação em Arquivo Distrital de Évora [ADE], Câmara Eclesiástica de Évora; Secção: N-Cargos e Benefícios; Série:001-Colações; cx. 14, doc. 595.

oito lençóis de linho e quatro de estopa, dois cobertores (um azul e outro vermelho) e uma manta velha, além de algumas toalhas e de objetos destinados à confeção das refeições dos enfermos, tais como um tacho pequeno de arame, eventualmente o adquirido em 1753/54 por 400 réis[26], e uma trempe de ferro. Entre o material hospitalar propriamente dito foi apenas arrolada uma seringa de estanho, por certo, destinada à aplicação de clisteres ou a seringar feridas com vinho[27]. Todos estes bens eram guardados numa arca de pinho grande, que estava fechada à chave, que, porventura, só poderia ser aberta na presença do mordomo e do escrivão do hospital, eleitos anualmente de entre os mesários[28].

É necessário mencionar que o inventário não deu conta de todos os bens existentes, não tendo sido listadas, por exemplo, esteiras e louças, itens que o livro de receita e despesa atesta terem sido adquiridos com alguma frequência[29]. Ainda a propósito do património móvel do hospital, cabe referir que, além dos objetos adquiridos por compra, alguns resultaram de execuções movidas a devedores, como foi o caso de uma cama de colchão, um enxergão, dois lençóis e um travesseiro que ficaram para o hospital por dívida de António Nunes Morgado à Santa Casa[30].

Regressando à clientela hospitalar, as mortes ocorreram, sobretudo, nas estações do outono e do inverno, tendo o mês de dezembro sido o mais letal, com sete defuntos, seguido do mês de outubro, com seis, e dos meses de janeiro, de março, de abril e de setembro com quatro mortes registadas em cada um. Tais dados indicam que, à semelhança do ocorrido noutros hospitais já estudados, a mortalidade hospitalar aumentava entre os finais do outono e os princípios do inverno, diminuindo na primavera e no verão (Abreu, 1999, p. 411; Lopes, 2000, vol. 1, pp. 708-709). A esmagadora maioria dos defuntos, 34, era do sexo masculino, tendo-se registado somente três mulheres, o que, mais uma vez, aponta para um predomínio de doentes do sexo masculino. Entre os homens, 11 eram casados, oito solteiros e quatro viúvos, não existindo informação para os demais. Quanto às mulheres, duas eram casadas, desconhecendo-se a condição de uma outra. A idade exata jamais foi indicada, conquanto existam algumas informações que remetem ora para a juventude, ora para a velhice dos

[26] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), f. 85.
[27] JFG, Misericórdia de Galveias, Tombo (1771), ff. 43-43v.
[28] Cf., por exemplo, JFG, Misericórdia de Galveias, Eleições (1696-1721), ff. 61 e 75.
[29] Cf., por exemplo, JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), ff. 5v, 17v, 54v, 61v, 68v, 74, 75, 79v, 90v, 103, 110v, 132v, 143.
[30] JFG, Misericórdia de Galveias, Tombo (1771), f. 27v.

hospitalizados. Assim, em três registos indicou-se que o doente era "homem já velho"; enquanto em dois o pároco deu a entender que o defunto era ainda jovem, descrevendo um doente como moço solteiro e um outro como rapagão. Em 11 casos registou-se que o defunto era maior, ou seja, tinha mais de 25 anos de idade.

Na maioria dos casos estamos perante pobres naturais de outras regiões que estavam em trânsito ou que trabalhavam em Galveias, pelo que parte significativa dos internados seria constituída por migrantes que vinham trabalhar neste concelho, por exemplo, na indústria do carvão ou periodicamente na agricultura, tal como sucedia noutras zonas do Alentejo (Araújo, 2000, pp. 185-186). Quando existe informação a este respeito, verificou-se que sete eram do arcebispado de Braga, igual número do de Évora, quatro do bispado de Coimbra, outros tantos do de Portalegre, dois do patriarcado de Lisboa, dois do bispado da Guarda, um do bispado de Elvas e outro do de Miranda, havendo ainda a assinalar dois do isento do Crato. De entre os que moravam no bispado de Portalegre, dois eram de Galveias, um era de Castelo de Vide e outro de Ponte de Sor. No que toca aos moradores em Galveias, se um, que era natural de parte incerta, assistia na vila havia muitos anos; outro, sendo natural desta localidade, tinha imigrado para o Brasil, sendo morador em São Domingos do Maranhão. Posto que desconheçamos o motivo do seu regresso a Galveias, o termo de óbito indica que "veio pera se curar no hospital", onde acabou por falecer em dezembro de 1764[31]. Há a assinalar somente um estrangeiro, chamado Pedro Pire de Presno, falecido em 1752, que era natural da região das Astúrias, em Espanha[32].

A condição socioprofissional da maioria destes defuntos permanece desconhecida, sabendo-se somente que três eram carvoeiros, dois oficiais de alvanel e igual número trabalhadores. Em cinco termos anotou-se a condição de pobre do defunto. É evidente que o número real de pobres era muito superior, bastando referir que dois dos três indivíduos que traziam carta de guia não estão compreendidos neste cômputo. Emitidos pelas misericórdias, esses documentos, verdadeiros "passaportes de caridade" (Araújo e Esteves, 2007, pp. 207-225; Araújo, 2016, p. 249), atestavam que os seus portadores eram pobres merecedores de apoio institucional e informam-nos que estavam em trânsito, podendo ou não estar doentes. Mencione-se o caso de José Martins, de Estremoz, que, em dezembro de

[31] ADP, Registos paroquiais, Galveias, Óbitos (1667-1792), f. 130v.
[32] ADP, Registos paroquiais, Galveias, Óbitos (1667-1792), f. 76v.

1764, chegou ao hospital com carta de guia, o qual "estando pera se levar para Avis por se me dizer [a mim, provedor] que estava fraco, mas que não tinha febre o deichei ficar para se alimentar, porem apressou-se bastante a morte, [pelo] que levou somente os sacramentos da penitensia e extrema unsão nesse mesmo dia"[33].

O motivo da morte foi explicitado num único registo, tão-só para o pároco justificar o facto de o defunto ter recebido os sacramentos da extrema-unção e da penitência *sub conditione*. Tratou-se de José Teixeira, natural de Vila Pouca de Aguiar, moço solteiro, carvoeiro que trabalhava em Barba Torta, e que faleceu, em novembro de 1743, na sequência de lhe ter caído uma árvore em cima. Ao contrário da maioria dos indivíduos admitidos nos hospitais, este homem teve condições para pagar as custas hospitalares e, por certo, as despesas fúnebres[34]. Já a maioria dos falecidos no hospital terá sido sepultada à custa da Misericórdia, pelo "amor de Deus". A propósito refira-se que os falecidos nesse espaço foram sepultados, sobretudo, no adro da igreja paroquial (15) e no interior desse templo (13) e, menos, na igreja da Santa Casa (9).

Não sabemos se o provedor decidiria sempre sozinho sobre o internamento dos doentes, como sucedia em Vila Viçosa, mas, pelo menos em casos urgentes, podia-o fazer sem ter de consultar os restantes mesários, à semelhança do que ocorria em Ponte de Lima (Araújo, 2000, pp. 181 e 640). É o que se colhe num assento de óbito de um doente proveniente da região de Castelo Branco, falecido em Galveias, em dezembro de 1747, no qual o pároco da vila, que era também, conforme já referido, o dirigente máximo da Santa Casa, não deixou de registar que "como provedor da Mizericordia [o] mandei logo buscar pera o hospital e se confessou tanto que chegou e indo o medico e barbeiro mandou que recebesse o Senhor no dia seguinte"[35]. Para além de esclarecer sobre essa matéria, o assento evidencia o relevo que continuava a ser conferido à cura da alma, tendo aliás esta precedência sobre o corpo, já que antes da visita dos profissionais de saúde, assegurou-se que o enfermo recebesse o sacramento da confissão. A propósito da morte deste pobre, que acabou por ser sepultado na igreja da Santa Casa, o provedor acrescentou que "acudindo eu a igreja primeiro que todos, hindo com o Senhor se achou morto, segurando os acistentes [com] que[m] tinha estado a falar,

[33] ADP, Registos paroquiais, Galveias, Óbitos (1667-1792), f. 131.
[34] ADP, Registos paroquiais, Galveias, Óbitos (1667-1792), f. 46v.
[35] ADP, Registos paroquiais, Galveias, Óbitos (1667-1792), f. 59v.

sentimento que eu manifestei aos meus freguezes com as lagrimas nos olhos"[36], trecho que patenteia quer o acompanhamento na morte, quer o desalento do provedor pelo morto não ter sido devidamente sacramentado, quer ainda a teatralização com que comunicou o caso aos seus paroquianos.

Sendo impossível apurar a duração dos internamentos, os escassos dados disponíveis sugerem que alguns doentes terão estado pouquíssimo tempo no hospital[37]. Terá sido o caso de Domingos Seco, natural e morador de Banda de Sá, freguesia de Vila Seca, bispado de Coimbra, homem casado, falecido em junho de 1755, que foi levado ao hospital pelo cunhado, já moribundo[38]; ou do atrás mencionado José Teixeira que, anos antes, em 1743, fora conduzido ao hospital na sequência de um acidente com uma árvore, e que, no momento do internamento, já não falava nem fazia uso pleno da razão[39]. Havia ainda quem chegasse à vila em estado tão grave que nem sequer tivesse tempo de ser conduzido ao hospital, como aparenta ter sido o caso de um António Gonçalves, de Torres Vedras, que, em março de 1766, "veyo aqui ter [a Galveias] moribundo"[40].

Um aspeto que sobressai da análise dos registos de óbitos desta paróquia é o número de indivíduos que havia rumado a esta vila com o propósito de se curar. Saliente-se que, ao que tudo indica, estamos perante gente que não se encontrava hospitalizada, mas antes instalada em casas de particulares. Assim sucedeu com um João dos Santos, natural da Aldeia do Vale do Peso, termo do Crato, maior de idade, "que se tinha vindo aqui curar" e que morreu, a 22 de novembro de 1751, sem sacramentos, motivo pelo qual o prior da paróquia quis condenar os donos da habitação onde aquele se encontrava, alegando estes "que o acharão morto quando se levantaraõ de menham da cama sem ouvirem queicha-lo e se ter deitado sem dar mostras de prezunsão de perigo"[41]. Entre os que procuraram melhoria do seu estado de saúde em Galveias, contaram-se homens e mulheres provenientes de localidades relativamente próximas, como Aldeia Velha, São Saturnino de Valongo e Montargil, mas também de paragens bem mais longínquas, tais como Abrantes, Chamusca, Crato e até

[36] ADP, Registos paroquiais, Galveias, Óbitos (1667-1792), f. 59v.
[37] A propósito da duração dos internamentos no hospital de Coimbra, cf. (Lopes, 2000, vol. 1, pp. 772-783).
[38] ADP, Registos paroquiais, Galveias, Óbitos (1667-1792), f. 92.
[39] ADP, Registos paroquiais, Galveias, Óbitos (1667-1792), f. 46v.
[40] ADP, Registos paroquiais, Galveias, Óbitos (1667-1792), f. 137v.
[41] ADP, Registos paroquiais, Galveias, Óbitos (1667-1792), f. 74.

Marateca[42]. Repare-se que muitos desses locais contavam com misericórdias, que administravam hospitais. Mencione-se a título exemplificativo Francisco Morato, natural e morador na vila de Montargil, "que vindo a esta vila [das Galveias] a curar-se, logo morreo", a 2 de outubro de 1752[43], e Joaquina Maria, natural e moradora na freguesia de São Pedro da Marateca, termo de Palmela, falecida a 16 de dezembro do mesmo ano, que tinha rumado a Galveias para se curar, na companhia do marido e do pai, 15 ou 16 dias antes[44]. De região bem mais distante era António Gonçalves, moço solteiro, carvoeiro, natural da freguesia de Gouvães da Serra, termo de Vila Pouca de Aguiar, embora tudo indique que, ao contrário dos outros dois casos mencionados, estivesse em Galveias a trabalhar[45].

Terão estes indivíduos procurado ingressar no hospital da Misericórdia em análise e visto o seu pedido negado? Será que por esses anos se verificou uma intensa ocupação hospitalar e houve necessidade de recorrer a casas de particulares para alojar os doentes, como sucedido na congénere de Vila Viçosa em 1712 (Araújo, 2000, pp. 176 e 647-649)? De que mal padeceriam? Porque motivo procuraram a vila de Galveias? Seriam os ares e as águas desta localidade considerados salutares e aconselhados para determinadas maleitas? Esta poderá ser uma explicação. De acordo com o padre Carvalho da Costa (1708, pp. 612-613), a vila de Galveias, fundada na ladeira de um monte, era muito amena e salubérrima, contando com um chafariz com duas bicas de excelente água. Um pouco mais tarde, Francisco da Fonseca Henriques (1726, pp. 214-215) não deixou de assinalar a existência de duas fontes em Galveias com qualidades propícias à cura de obstruções, uma na vila e outra na Herdade da Torre. Sobre a que existia na vila escreveu que era costume afirmar-se que "quem della beber hum anno, ficará de[s]obstruido, por mays antigas que sejão as suas obstrucções", acrescentando ser grande remédio para hipocondríacos, para quem padecia de icterícias, nas mulheres que "por opilações humoraes forem mal regradas e nos que forem queyxosos de pedra, e areas".

[42] Cf., por exemplo, ADP, Registos paroquiais, Galveias, Óbitos (1667-1792), ff. 61v, 74, 76v-77, 78, 79v, 80v, 81, 112 e 140v.
[43] ADP, Registos paroquiais, Galveias, Óbitos (1667-1792), ff. 76v-77.
[44] ADP, Registos paroquiais, Galveias, Óbitos (1667-1792), f. 78.
[45] ADP, Registos paroquiais, Galveias, Óbitos (1667-1792), f. 61v.

3. VESTIR OS NUS

A distribuição de vestuário pelos pobres foi uma obra de misericórdia praticada por todas as Santas Casas, nalguns casos em cumprimento de disposições testamentárias, embora nem todas o fizessem amiúde e algumas não conservem registo dessa atividade (Araújo, 2000, pp. 6233-235; Sá, 2001, p. 114; Araújo, 2003, pp. 281-282; Osswald, 2018, pp. 243-246; Magalhães, 2018, pp. 59-81; Braga, 2020, pp. 79-89; Ferreira, 2020). Distribuía-se roupa usada, pertencente a pessoas falecidas, não raras vezes nos seus hospitais, mas também se adquiriam peças novas. Era ainda comum dar-se esmolas em tecido ou em dinheiro para a ajuda da aquisição de determinada indumentária, sem esquecer a compra de mortalhas ou hábitos para os pobres falecidos (Ferreira, 2020, p. 43). Acrescente-se a dádiva, ainda que com carácter excecional, de roupa de cama, como se encontra documentado para Coimbra e Ponte de Lima (Lopes, 2000, vol. 2, p. 238; Araújo, 2000, p. 619). Algumas misericórdias, de que a limiana é exemplo, chegaram a estabelecer nos seus compromissos capítulos sobre a repartição de roupa, o que é esclarecedor sobre o relevo que a prática assumia na sua atividade caritativa (Araújo, 2003, p. 283).

A partir dos alvores do século XVIII, a importância deste tipo de esmolas registou um decréscimo em várias misericórdias, não sendo possível, de momento, afirmar que essa realidade também se verificou em Galveias (Araújo, 2003, pp. 298-299; Ferreira, 2020, p. 39). No livro de receita e despesa analisado, pese o investimento nesta obra de misericórdia aparente não ter sido avultado, as referências a gastos com indumentária foram relativamente frequentes, fazendo-se quase sempre menção ao tipo de peça adquirida e menos ao tecido e à cor. Lamentavelmente as fontes disponíveis não permitem apurar o momento exato em que a roupa foi doada, pelo que não sabemos se esta era entregue aos pobres ao longo do ano, sem calendário fixo, como acontecia em Ponte de Lima, ou se em determinadas festas religiosas, ritualizando a caridade, como sucedia, por exemplo, nas misericórdias de Aveiro, de Óbidos e de Vila Viçosa (Barreira, 1998, p. 132; Araújo, 2000, pp. 233 e 619; Araújo, 2003, pp. 44-54 e 281-283; Braga, 2020, pp. 79-89; Ferreira, 2020, p. 108). De igual forma, desconhecemos se as dádivas resultaram de petições enviadas pelos

pobres à Mesa, ainda que esse seja o cenário mais provável, e de que forma os socorridos eram selecionados[46].

Nos anos em que os gastos com roupa foram arrolados, as ajudas concedidas variaram entre uma, registada em 1743/44 e em 1773/74, e 22 registadas em 1771/72. Nos anos económicos de 1741/42, 1742/43, 1744/45, 1747/48 e 1748/49 não foi listada qualquer esmola do género, o que não significa que não tenham existido, pois podem ter sido incluídas nas chamadas contas dos meses. Das 81 esmolas registadas, 60 foram concedidas a mulheres (74,1%) e 18 a homens (22,2%), não sendo possível descortinar o sexo do socorrido em três registos (3,7%)[47]. Pontual na década de 1740, os registos deste tipo de esmola tornaram-se mais significativos a partir de 1754/55 e, sobretudo, na década de 1770.

No que diz respeito à indumentária do sexo feminino, a peça mais mencionada foi a saia (43), seguida da mantilha (23), havendo ainda o registo de sapatos (4) e de roupão (1). Houve ainda cinco mulheres que receberam tecido, sem se especificar o tipo de peça a que se destinava. Por seu turno, no que toca ao sexo masculino, foram arrolados gabões (8), véstias (4), vestidos (2), camisa (1) e sapatos (1). Houve ainda um indivíduo que recebeu uma porção de saragoça para fim não discriminado e outro que foi contemplado com algumas varas de pano de linho. Sem surpresa estamos perante algo idêntico ao registado para outras misericórdias: 1) as mulheres eram mais auxiliadas; 2) entre as peças de roupa que lhes eram destinadas predominavam as saias, os mantéus, as mantas e as mantilhas para cobrir a cabeça e os ombros; 3) os homens, posto que menos socorridos, tinham direito a um leque mais alargado de peças de vestuário, predominando o gabão ou o capote; 4) a maior parte dos beneficiados recebeu apenas uma peça, sendo os vestidos, compostos por um conjunto completo de roupa, mais raros; 5) as peças distribuídas pretendiam/permitiam cobrir parte considerável do corpo dos necessitados (Lopes, 2000, vol. 2, pp. 237-239; Araújo, 2003, pp. 300-301; Braga, 2020, pp. 83-85; Ferreira, 2020, pp. 136-146). Referir ainda que não localizámos qualquer alusão a calções, coletes ou a acessórios, como chapéus, cintos e meias.

[46] A propósito de petições em que se pedia roupa cf. (Lopes, 2000, vol. 2, pp. 235-240).
[47] A preferência por mulheres foi registada noutras misericórdias, cf., entre outros, (Araújo, 2000, pp. 621-622; Araújo, 2003, pp. 298-299; Braga, 2020, pp. 82-83; Ferreira, 2020, pp. 131-132).

Existem poucas informações sobre os providos. Quanto ao estatuto das mulheres, sabe-se apenas que duas eram familiares do hospitaleiro, que uma era mãe de uma forneira, que uma outra era casada com o alcaide velho e que uma era neta da ama de um eclesiástico. No que toca ao estado religioso, apurou-se que 11 eram solteiras (das quais, ao menos, duas eram órfãs), nove eram viúvas, enquanto seis eram casadas. Entre as que haviam assistido à morte do cônjuge, descortinou-se que três haviam sido casadas com gente ligada à Misericórdia. Foi o caso de Maria Vieira, socorrida em 1770/71, que era viúva de António Vaz Ribeiro, falecido em janeiro de 1764, que tinha sido mesário, pelo menos, em 1739/40, em 1756/57 e em 1757/58[48]. Por sua vez, Sebastiana Maria, viúva de Paulo José Brazão, falecido em 1767, e Maria Vaz, viúva de João Dias Brazão, falecido em 1770, ambas esmoladas em 1770/71, seriam, com grande probabilidade, parentes de Manuel Dias Brazão, que havia ocupado a tesouraria da Santa Casa em vários anos económicos. Em relação à morada, embora pensemos que a maioria residia na vila, indicou-se somente que uma morava na Rua da Cortiçada e que outra habitava no lugar de Vale do Boi, enquanto uma outra foi identificada como a viúva de Portalegre, o que sugere que seria natural dessa cidade. Não existem dados sobre a idade das esmoladas, posto que em quatro registos as providas tenham sido identificadas como velhas.

Sem prejuízo das omissões da fonte, sabe-se que não era raro que as mulheres recebessem roupa para poderem assistir aos ofícios divinos, não sendo de descartar que também em Galveias possa ter existido essa preocupação (Sá, 2001, p. 114; Lopes, 2000, vol. 2, p. 236; Araújo, 2003, p. 276). De referir que algumas das providas receberam mais do que uma esmola, como sucedeu com Francisca Pinheira Coelha, esmolada em três anos económicos sucessivos (1770/71, 1771/72 e 1772/73) com uma saia ou com tecido para a sua confeção; ou com Maria Dias, da Rua da Cortiçada, que, em 1755/56, foi contemplada com uma saia (1400 réis) e, que, em 1756/57, recebeu uma esmola de um côvado de baeta (460 réis). Já nas contas relativas ao período 1758/68, registou-se uma esmola de 1200 réis para uma mantilha para a Donata velha, enquanto em 1772/73, assinalou-se um gasto do mesmo valor numa saia para a Donata, eventualmente, a mesma mulher ou uma sua filha. Mencione-se ainda que, pelo menos, numa situação, ambos os membros do casal foram esmolados.

[48] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), ff. 105v, 114 e 174.

Referimo-nos a António Gonçalves de Aguiar e à sua mulher que receberam uma saia em 1770/71 e um gabão em 1771/72. No que respeitou aos homens, os dados são ainda mais exíguos, sabendo-se, somente, que um era casado, que dois eram velhos, que um era mentecapto e que outro era cego. A residência apenas foi indicada para um dos providos. Tratou-se de António Gomes Freire, residente na vila, que recebeu um gabão em 1768/70, uma camisa em 1770/71 e uma véstia no ano económico de 1771/72, indivíduo que era irmão da Misericórdia e que tinha sido mesário durante vários anos nas décadas de 1740 e de 1750[49].

Quando os têxteis foram identificados, estamos, como expectável, na presença de panos grosseiros, de baixa qualidade, menos confortáveis, mas, naturalmente, mais baratos e que permitiam identificar de forma clara os seus portadores como pobres (Magalhães, 2018, pp. 62-63 e 75-77). De resto, na Época Moderna, a identificação inequívoca de cada grupo social com a indumentária que envergava foi uma preocupação quer da Coroa, quer das autoridades eclesiásticas (Braga, 2020, p. 80). Na Misericórdia em análise foram arrolados tecidos de lã, sobretudo, baeta, especificando-se em seis registos tratar-se de baeta grosseira, como sucedido em 1753/54, quando foi registada uma despesa de 4500 réis com 15 côvados, isto é, cerca de 10,5 metros, de baeta grosseira para as saias de três mulheres[50]. Singular parece ter sido a dádiva, em 1770/71, de uma saia de baeta fina entregue a uma Maria Duarte, mulher de António Martins Carujo[51]. Os 2525 réis que a peça custou atestam a sua feição superior, já que, por norma, o preço de cada saia atribuída por esta Santa Casa variou entre 1200 e 1600 réis[52]. Estes dados sugerem que se tratava de alguém de estatuto um pouco mais elevado, porventura, pertencente ao grupo dos pobres envergonhados, que recorrera à caridade institucional para esconder a situação de pobreza em que caíra. Com efeito, descortinou-se que esta mulher era casada com um antigo mesário da Santa Casa[53]. A saragoça, um outro tipo de baeta, foi registada numa única ocasião, em concreto, em 1756/57, quando os irmãos despenderam 760 réis com dois côvados para vestir um filho que ficara de João Batalha. Não obstante a fonte não fornecer mais nenhuma informação sobre este pobre, através dos registos

[49] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), ff. 19v, 27, 92, 98, 143v, 158v e 174v.
[50] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), f. 45v.
[51] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), f. 159v.
[52] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), f. 159v.
[53] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), f. 114.

paroquiais verifica-se que João Batalha, que falecera a 30 de abril de 1754, casado com uma Margarida de Jesus, era natural e morador na vila de Galveias, e tinha feito testamento, nomeando por testamenteiro o filho Manuel Batalha[54]. Portanto, embora possuísse alguns bens, a situação da sua família complicou-se rapidamente após o seu falecimento e cerca de três anos volvidos um seu filho, eventualmente irmão do referido Manuel Batalha, foi esmolado pela Misericórdia. Mais tarde, em 1771/72, mandou-se dar um gabão a um filho do Batalha, porventura o mesmo indivíduo, o que teve um custo de 960 réis[55]. Também apenas por uma vez foi registada uma despesa com a aquisição de pano de linho entregue a um indivíduo do sexo masculino[56]. Já a cor dos tecidos raramente foi mencionada, existindo somente referência a baeta preta e, apenas por uma vez, a baeta azul.

Tal como sucedido noutras misericórdias, também na das Galveias os pobres a quem era distribuída roupa eram, não raras vezes, identificados pelos seus atributos, alcunhas e ocupações (Sá, 2001, p. 114). Foi o caso do tonto Lemos, indivíduo, por certo, de idade avançada, a quem os muitos anos teriam enfraquecido o juízo, que recebeu dois vestidos, um em 1745/46 (1600 réis) e outro no ano económico seguinte (1140 réis)[57]; da mulher do Canhoto e da mãe da forneira do Forno de Baixo, que em 1752/53, foram esmoladas a primeira com 2,5 côvados de baeta preta e a segunda com uns sapatos (2025 réis)[58]; da mulher do alcaide velho, da Lanada e da ceguinha da Rabaça, seguramente moradora na Senhora da Rabaça, freguesia de Santa Margarida, termo de Avis e de Galveias, que em 1753/54, foram contempladas com baeta grosseira para saias (4500 réis)[59]; ou ainda do já mencionado cego Luís Antunes, a quem a Misericórdia comprou um gabão (1585 réis) em 1770/71[60].

Entre os beneficiados contaram-se assalariados da instituição, como, aliás, comummente sucedia noutras congéneres (Araújo, 2003, pp. 309-315; Ferreira, 2020, pp. 170-193). A indumentária dos trabalhadores das

[54] ADP, Registos paroquiais, Galveias, Óbitos (1667-1792), f. 86.
[55] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), f. 175v. Nas contas de 1759/60, riscadas por não terem tido efeito, e como tal não contabilizadas na nossa análise, foi arrolada uma despesa de 1030 réis com a compra de saragoça e forro do rapaz da Batalha, eventualmente o mesmo pobre, cf. JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), f. 124.
[56] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), f. 69.
[57] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), ff. 30v e 40v.
[58] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), f. 80v.
[59] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), f. 85v.
[60] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), f. 158v.

misericórdias era, de resto, matéria importante, ao ponto de ser referida nos seus compromissos. Vestidos com bom pano, por norma, de cor azul, os servidores patenteavam o próprio poder da instituição para a qual trabalhavam, podendo mesmo, nas misericórdias mais ricas, chegar a utilizar acessórios decorativos, como insígnias em prata (Ferreira, 2020, pp. 174 e 193). Desta forma, era habitual que alguns assalariados fossem pagos em dinheiro, em pão e em vestuário, como sucedia com o hospitaleiro da Misericórdia de Galveias, a quem a irmandade, além de um salário pago em dinheiro (2500 réis) e em pão (15 alqueires de centeio e dez de trigo), podia prover com uma "farda"[61], como sucedido em 1750/51, ocasião em que gastou 3420 réis; indumentária que seria constituída por um conjunto de roupas, onde, eventualmente, figuraria um gabão azul[62]. Já em 1754/55, sabe-se que a hospitaleira terá sido esmolada com uma saia[63]; e que, em 1771/72, a filha de uma mulher que ocupou o cargo foi uma das 16 que receberam ajuda para comprar saias e mantilhas[64].

4. Outras práticas assistenciais

A festa dos Santos, a Páscoa e o Natal eram celebrados em todas as misericórdias e constituíam períodos em que a caridade se intensificava. Em Galveias não era diferente e além das festividades religiosas que promovia nesses períodos litúrgicos, a Santa Casa distribuía esmolas de pão pelos pobres em cerimónias públicas. Por exemplo, em 1743/44, distribuiu 12,5 alqueires de trigo pelos Santos, 37,5 alqueires pelo Natal e 42 pela Páscoa; enquanto no ano económico seguinte gastou 100 alqueires de trigo com as esmolas do pão dadas nas três festas[65]. Sobre estas esmolas, em 1770/71 esclareceu-se que, pelo Oitavário dos Santos, eram dadas fatias de pão aos rapazes, tendo-se gasto nessa ocasião 16 alqueires, o que parece remeter para o peditório do pão-por-deus[66]. Por norma, os cereais

[61] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), f. 68v.
[62] Além do ordenado recebia três alqueires de trigo pelas festas e alguns alqueires de trigo e centeio do carreto, isto é, de efetuar o transporte desses cereais. A Misericórdia permitia-lhe ainda que pudesse cultivar "hum serradinho de terra" no sítio do Ameixial, cf. JFG, Misericórdia de Galveias, Tombo (1771), f. 17v.
[63] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), f. 90v.
[64] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), f. 174.
[65] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), f. 20v.
[66] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), f. 167v.

consumidos eram os provenientes dos foros, ainda que, em determinados anos tenha sido necessário adquirir alguns alqueires para completar as esmolas[67]. Essas cerimónias, associadas a três momentos de intensa religiosidade, constituíam, sem dúvida, momentos de capital importância para a irmandade, que exibia publicamente e reforçava o seu poder e a caridade que praticava, contribuindo para aumentar não só o seu prestígio, mas também o dos seus membros, particularmente, daqueles que compunham a Mesa (Araújo, 2003, pp. 44-54). Embora as fontes não o indiquem, admite-se que essas esmolas pudessem ser entregues pelos irmãos à porta da Santa Casa, após celebração da eucaristia.

O socorro aos presos pobres só por uma vez foi referido. Em concreto, no ano económico de 1770/71, quando a Misericórdia deu uma esmola de 5200 réis ao preso António Dias Carrudo para o seu livramento, isto é, para fazer correr o seu processo judicial[68]. Recorde-se que o sistema em vigor não concedia alimentação, vestuário, cuidados médicos, nem tão-pouco apoio jurídico aos presos que, quase sempre, se encontravam na cadeia de forma preventiva a aguardar sentença[69]. Embora esta tenha sido a única referência localizada, é praticamente certo que outros presos foram apoiados pela instituição, entrando os gastos com o seu socorro nas contas dos meses.

Nessas contas eram também incluídas as ajudas concedidas aos pobres em trânsito, ainda que, de quando em vez, tenham sido discriminados alguns gastos do género[70]. Em 1746/47 deu-se 600 réis ao filho de Manuel Luís Canhoto quando foi para Lisboa; em 1757/58 gastou-se 630 réis com cartas de guia que vieram de Évora; nas contas relativas ao período 1758/68, registou-se uma esmola a um estudante passageiro; em 1768/70, despendeu-se 1600 réis com o aluguer de um animal que levou um pobre

[67] Foi assim em 1771/72 quando o irmão tesoureiro comprou 37,5 alqueires de trigo "que faltarão para acabar de completar as esmolas das festas do Natal, e Pascoa", tendo gasto 19 800 réis; ou, em 1772/73, quando foi necessário comprar trigo para "se acabar se completar a esmola que se deo pello Natal e Pascoa", tendo o tesoureiro comprado 53,5 alqueires pelo preço total de 29 155 réis cf. JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), ff. 168, 177 e 180v.

[68] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), f. 157v.

[69] A propósito do socorro das misericórdias aos presos pobres, cf. entre outros (Oliveira, 1998, pp. 65-81; Araújo, 1998, pp. 83-114; Lopes, 2000, vol. 1, pp. 569-586; Araújo, 2006, pp. 303-318; Araújo, 2008, pp. 293-304; Cardoso, 2014; Abreu, 2014, pp. 285-333; Araújo e Esteves, 2021, pp. 65-81; Oliveira, 2024, pp. 247-285).

[70] Sobre o socorro aos pobres em trânsito neste período, cf., sobretudo (Neves, 2021; Neves, 2023).

do hospital para Aldeia da Mata, pobre esse que foi conduzido pelo hospitaleiro, que recebeu 200 réis pelo serviço; e em 1771/72, deu-se uma esmola de 1200 réis ao filho de Luís Borrego para ir às Caldas[71]. Para o mesmo destino e no mesmo ano económico foi também o capelão da Misericórdia, frei José de Carvalho que, além de ter sido provido por despacho da Mesa com 1500 réis mensais durante cinco meses, recebeu 500 réis "que se lhe mandou dar mais para ajuda do caminho quando foi para as Caldas"[72].

Ainda que os expostos não fossem da sua competência, a Santa Casa não deixou de concorrer para o socorro de algumas crianças abandonadas. Assim, em 1744/45 os irmãos deram uma esmola de 800 réis para ajudar os oficiais da Câmara a mandarem "hum emgeitado ao berso da caridade"[73]. Pouco depois, em 1749/50 gastaram mil réis com "hum engeitadinho que foi para Montemor"[74]; enquanto em 1753/54 despenderam 6800 réis com um enjeitado que esteve doente no hospital, ainda que neste caso, tudo indique tratar-se de um indivíduo já adulto[75].

CONCLUSÕES

As práticas assistenciais da Misericórdia de Galveias revelaram-se, como expectável, idênticas às das suas congéneres. A sua principal valência era o hospital, cuja existência era anterior à sua criação e que anexou de modo efetivo em 1589, o que tem de ser enquadrado no processo de incorporação de várias dezenas de hospitais nas Santas Casas ocorrido após o Concílio de Trento (1545-1563), onde se assegurara o estatuto jurídico especial das misericórdias (Sá, 2001, pp. 54-55; Sá e Lopes, 2008, pp. 32 e 41-42). Estabelecimento de reduzidas dimensões, conforme atesta um inventário de 1771, aí foram admitidos, sobretudo, pobres do sexo masculino, naturais de outras paragens, que estavam em trânsito ou que tinham encontrado trabalho temporário no concelho. Já os doentes pobres de Galveias seriam socorridos pela Misericórdia, maioritariamente, no domicílio, com esmolas e medicamentos, como sucedia noutras localidades. Um aspeto que sobressaiu deste estudo foi a quantidade de

[71] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), ff. 41v, 110v, 132v, 148v e 173.
[72] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), f. 176v.
[73] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), ff. 25-25v.
[74] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), f. 61v.
[75] JFG, Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774), f. 86.

indivíduos que, em meados de Setecentos, procurou curar-se nessa vila, ficando alojados não no hospital, mas, antes em casas de particulares, por motivos que não foi possível esclarecer.

A oferta de indumentária aos pobres foi outra vertente da atuação assistencial desta Misericórdia que está bem documentada. Ao contrário dos pobres internados, este tipo de ajuda destinou-se, sobretudo, a mulheres, que recebiam, essencialmente, saias e mantilhas. Posto que as informações sobre os socorridos sejam muito escassas, apurou-se que vários tinham ligações à Misericórdia, sendo nalguns casos antigos mesários ou familiares de mesários, o que, naturalmente, terá pesado para a sua seleção.

Devido à forma como era feita a contabilidade, revelou-se impossível apurar quanto é que a irmandade gastava nas diferentes modalidades assistenciais. Além de auxiliar os doentes e de vestir os nus, os registos atestam que a Misericórdia apoiou pobres em trânsito; socorreu presos pobres; concedeu esmolas em pão em determinadas quadras do calendário litúrgico, numa ritualização da caridade; e, pontualmente, contribuiu para o amparo de enjeitados, apoiando o município, que seria o responsável pela sua criação, embora, aparentemente, o concelho enviasse essas crianças para outros locais, em concreto para o "berço da caridade", cuja localização desconhecemos, o que levanta dúvidas e questões que, por ora, permanecem em aberto.

BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

Arquivo Distrital de Évora [ADE]

Câmara Eclesiástica de Évora; Secção: N-Cargos e Benefícios; Série:001-Colações; cx. 14, doc. 595.

Arquivo Distrital de Portalegre [ADP]

Cartório notarial de Galveias, liv. 14, 15, 16, 23 e 24.

Registos paroquiais, Galveias, Óbitos (1667-1792).

Arquivo Nacional Torre do Tombo [ANTT]

Mesa da Consciência e Ordens, Chancelaria da Ordem de Avis, Chancelaria antiga, liv. 22.

Junta de Freguesia de Galveias [JFG]
Misericórdia de Galveias, Eleições (1696-1721).
Misericórdia de Galveias, Livro das contas dos meses (1771-1778).
Misericórdia de Galveias, Livro de receita e despesa (1741-1774).
Misericórdia de Galveias, Tombo (1771).

Fontes impressas

Costa, António Carvalho da (1708). *Corografia Portugueza, e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal*. Tomo 2. Lisboa: Oficina de Valentim da Costa Deslandes.

Diário do Governo, I Série, n.º 226, de 29 de setembro de 1977.

Diário do Governo, III Série, n.º 151, de 3 de julho de 1975.

Henriques, Francisco da Fonseca (1726). *Aquilegio medicinal*. Lisboa ocidental: Oficina da Música.

Portugaliae Monumenta Misericordiarum (2005). José Pedro Paiva (coord.). Vol. 4. Ângela Barreto Xavier e José Pedro Paiva (dir.). *Crescimento e consolidação: de D. João III a 1580*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas.

Portugaliae Monumenta Misericordiarum (2006). José Pedro Paiva (coord.). Vol. 5, Laurinda Abreu e José Pedro Paiva (dir.). *Reforço da interferência régia e elitização: o governo dos Filipes*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas.

Estudos

Abreu, Laurinda (1999). Memórias da alma e do corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade. Viseu: Palimage.

Abreu, Laurinda (2014). O poder e os pobres. As dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII). Lisboa: Gradiva.

Araújo, Maria Marta Lobo de (1998). "Pobres nas malhas da lei: a assistência aos presos nas misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima". *Cadernos do Noroeste*, 11 (2), pp. 83-114.

Araújo, Maria Marta Lobo de (2000). *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (Séculos XVI-XVIII)*. Barcelos: Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima.

Araújo, Maria Marta Lobo de (2003). *Rituais de caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*. Ponte de Lima: Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima.

Araújo, Maria Marta Lobo de (2006). "Na barra dos tribunais: os presos e a Misericórdia de Portel (séculos XVI-XVII)". In *Congresso Internacional de História Territórios, Culturas e Poderes. Actas*, vol. 1 (=*Noroeste. Revista de História* 2). Braga: Núcleo de Estudos Históricos, Universidade do Minho, pp. 303-318.

Araújo, Maria Marta Lobo de (2008). *A Misericórdia de Monção: fronteira, guerras e caridade (1561-1810)*. Monção: Santa Casa da Misericórdia de Monção.

Araújo, Maria Marta Lobo de (2016). "Dar pousada aos peregrinos na Misericórdia de Braga durante a Idade Moderna". In Maria Marta Lobo de Araújo (coord.). *A intemporalidade da misericórdia. As Santas Casas portuguesas: espaços e tempos*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga, pp. 231-260.

Araújo, Maria Marta Lobo de, e Esteves, Alexandra Patrícia Lopes (2007). "Pasaportes de caridad: las 'cartas de guía' de las misericordias portuguesas (siglo XVII-XIX)". *Estudios Humanísticos. Historia*, 6, pp. 207-225.

Araújo, Maria Marta Lobo de, e Esteves, Alexandra (2021). "Sem perdão e a pena capital: a procissão dos ossos nas Misericórdias portuguesas da Idade Moderna". *Clio & Crimen. Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango*, 18, pp. 65-81.

Barreira, Manuel (1998). *Santa Casa da Misericórdia de Aveiro. Poder, pobreza, solidariedade*. Aveiro: Santa Casa da Misericórdia de Aveiro.

Braga, Isabel Drumond (2020). "Vestir os nus: a Misericórdia de Óbidos e a proteção aos pobres no reinado de D. João V". *Anais Leirienses – estudos & documentos*, 6, pp. 79-89.

Cardoso, Maria Teresa Costa Ferreira (2014). *Os presos da Relação do Porto. Entre a cadeia e a Misericórdia (1735 a 1740)*. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto.

Ferreira, Luís Gonçalves (2020). Vestidos de caridade. Assistência, pobreza e indumentária na Idade Moderna. O caso da Misericórdia de Braga. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.

Lopes, Maria Antónia (2000). *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra (1750-1850)*, 2 vols. Viseu: Palimage.

Magalhães, António (2013). *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)*. Viana do Castelo: Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo.

Magalhães, António (2018). "Vestir os nus: as misericórdias na prática da terceira obra de caridade corporal", In Maria Marta Lobo de Araújo (coord.). *As sete obras de misericórdia corporais nas Santas Casas de Misericórdia*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga, pp. 59-81.

Neves, Liliana Andreia Valente (2021). Peregrinos e viajantes. O auxílio das Misericórdias de Braga e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII). Vila Nova de Famalicão: Húmus.

Neves, Liliana Andreia Valente (2023). *Caminhos que se cruzam. A assistência aos peregrinos e viajantes no Norte de Portugal: as misericórdias (séculos XVII e XVIII)*. Tese de Doutoramento em História, especialidade em Idade Moderna, apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, exemplar policopiado.

Oliveira, Marta Tavares Escocard de (1998). "As misericórdias e a assistência aos presos". *Cadernos do Noroeste* 11 (2), pp. 65-81.

Oliveira, Ricardo Pessa de Oliveira (2016). *História da Santa Casa da Misericórdia de Pombal (1628-1910)*. Pombal: Santa Casa da Misericórdia de Pombal.

Oliveira, Ricardo Pessa de (2023). "Caldos, carne e pão: a alimentação dos doentes". In José Eduardo Franco (dir.) e Isabel Drumond Braga (coord.). *História Global da Alimentação Portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates, pp. 123-128.

Oliveira, Ricardo Pessa de (2024). "Presos". In Maria Antónia Lopes (coord.). *História da Misericórdia de Coimbra*. Vol. 1, *1500-1834*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 247-285.

Oliveira, Ricardo Pessa de (2025). "Carta de D. Sebastião autorizando os juízes, oficiais e povo de Galveias a edificar uma igreja e casas para a Misericórdia que desejavam instituir nessa vila (1573)". *Fragmenta Historica – História, Paleografia e Diplomática* 13, pp. 109-110.

Osswald, Helena (2018). "As obras de misericórdia. Que obras, para quem e através de quem". In Inês Amorim (coord.), Maria Marta Lobo de Araújo e Helena Osswald (dir.). *Sob o manto da misericórdia. Contributos para a história da Santa Casa da Misericórdia do* Porto. Vol. 2. Coimbra: Almedina, pp. 233-256.

Sá, Isabel dos Guimarães (2001). *As misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*. Lisboa: Livros Horizonte.

Sá, Isabel dos Guimarães e Lopes, Maria Antónia (2008). *História breve das misericórdias portuguesas 1498-2000*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.